

Pedro Miguel Claro Silva Duarte



Conflitos Armados: possíveis causas e consequências, e o caso do Sudão

Ius Gentium Conimbrigae/Centro de Direitos Humanos

3ª Pós-graduação em Conflitos Armados e Direitos Humanos

Coimbra, 2024

Pedro Miguel Claro Silva Duarte



Conflitos Armados: possíveis causas e consequências, e o caso do Sudão

Ius Gentium Conimbrigae/Centro de Direitos Humanos

3ª Pós-graduação em Conflitos Armados e Direitos Humanos

Coimbra, 2024

Pedro Miguel Claro Silva Duarte

Conflitos Armados: possíveis causas e consequências, e o caso do Sudão

Eu, Pedro Miguel Claro Silva Duarte, declaro por minha honra que o presente trabalho é resultado da investigação que realizei, no contexto deste curso, e reconheço que ficarei sujeito a penalização em caso de utilização de ideias ou palavras da autoria de outrem, sem a devida identificação.

Data: 05/03/2024

Assinatura: Pedro Miguel Claro Silva Duarte

Ius Gentium Conimbrigae/Centro de Direitos Humanos

3ª Pós-graduação em Conflitos Armados e Direitos Humanos

Coimbra, 2024

Resumo

O presente trabalho de investigação pretende explorar as principais causas e consequências dos conflitos armados, focando o atual conflito do Sudão. Desta forma, importa perceber a base legal respeitante aos conflitos armados, daí a análise inicial do papel do DIH, bem como as medidas usadas para o assegurar. Os conflitos resultam de uma diversidade de causas inerentes a uma sociedade e a um Estado, em que os diferentes setores e domínios estão interligados. Com um conflito procedem-se várias consequências e impactos quer diretos quer indiretos que afetam a população em múltiplos aspetos. A análise do caso de estudo do conflito do Sudão permitiu compreender como um conflito eclode, não só por um motivo isolado, mas sim por um conjunto de fatores que remontam um passado repleto de opressão e divisões e um presente em que a população luta para estabelecer uma democracia contra um regime controlado pelas forças militares. As repercussões deste conflito são enormes, deixando o Sudão numa fragilidade extrema, afetando todos os ramos da sociedade, estando assim, a passar por uma das maiores crises humanitárias dos dias de hoje.

Palavras-chave: Conflito Armado; Direito Internacional Humanitário; Causas; Consequências; Sudão

Abstract

This research aims to explore the main causes and consequences of armed conflicts, focusing on the current conflict in Sudan. It is therefore important to understand the legal basis for armed conflict, hence the initial analysis of the role of IHL and the measures used to ensure it. Conflicts are the result of a variety of causes inherent in a society and a State, in which the different sectors and domains are interconnected. With a conflict there are several consequences and impacts, both direct and indirect, that affect the population in multiple aspects. The analysis of the case study of the conflict in Sudan allowed us to understand how a conflict erupts, not only for an isolated reason, but for a set of factors that go back to a past full of oppression and divisions and a present in which the population struggles to establish a democracy against a regime controlled by the military forces. The repercussions of this conflict are enormous, leaving Sudan in extreme fragility, affecting all branches of society, thus going through one of the greatest humanitarian crises of today.

Key-words: Armed Conflict; International Humanitarian Law; Causes; Consequences; Sudan

Índice

Resumo	v
Abstract.....	vi
Índice de siglas e abreviaturas	viii
Introdução.....	1
1. Conflito Armado.....	3
1.1 À luz do Direito Internacional Humanitário	3
1.2 Causas dos Conflitos Armados.....	5
1.3 Consequências dos Conflitos Armados	11
2. Conflito do Sudão	17
2.1 Contexto e Causas	17
2.2 Consequências	23
Conclusão	27
Referências.....	29

Índice de siglas e abreviaturas

CICV - Comité Internacional da Cruz Vermelha

CPA - Acordo de Paz Abrangente

DIH - Direito Internacional Humanitário

EAU - Emirados Árabes Unidos

FFC - Forças para a Liberdade e Mudança

FFC-DB - Forças para a Liberdade e Mudança – Bloco Democrático

FFC-CC - Forças para a Liberdade e Mudança – Conselho Central

FMI - Fundo Monetário Internacional

IGAD - Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento

JEM - Movimento Justiça e Igualdade

NCP - Partido do Congresso Nacional'

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB - Produto Interno Bruto

Quad - Coligação composta pelos Estados Unidos da América, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Reino Unido

RCA - República Centro-Africana

RSF -Forças de Apoio Rápido

SAF - Forças Armadas Sudaneses

SLA - Exército de Libertação do Sudão

SPLA - Exército Popular de Libertação do Sudão

SPLM/A - Movimento/Exército Popular de Libertação do Sudão

TPI - Tribunal Penal Internacional

UA - União Africana

UE - União Europeia

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNHCR/ACNUR - Agência das Nações Unidas para os Refugiados

UNITAMS - Missão Integrada de Assistência à Transição das Nações Unidas no Sudão

Introdução

Os conflitos armados são um fenómeno presente em praticamente todos os continentes, que afetam quer a população, o Estado e o Sistema Internacional. O Direito Internacional Humanitário (DIH), um ramo de Direito específico que apenas se aplica em situações de conflito armado, foi criado para estabelecer regras para atenuar os impactos da guerra (American Red Cross, 2011). Estas regras são deveras importantes, sendo necessário que todas as partes envolvidas no conflito as respeitem, pois estão vinculadas pela DIH (ICRC, 2003). Contudo, nem todas as medidas do DIH são honradas, uma vez que se um Estado precisar, por alguma razão política, de contornar os obstáculos legais, ele o fará (Sarwar, 2017: 54). Existem diferentes medidas para assegurar o respeito pelo DIH, todavia, é necessário continuar a envidar esforços para que estas se tornem mais eficazes e conhecidas pela sociedade (Gomes e Moreira, 2023: 337). Todos os conflitos armados têm origem em diversos motivos e causas profundas que são intrínsecas a uma sociedade (Sida, 2023). Estas causas podem mudar rapidamente e interagir com os fatores diretos que espoletam um conflito (Schweitzer, et al., 2007). Contudo, um conflito não se origina de uma única causa, mas sim de uma amálgama de fatores de diferentes domínios da sociedade e do Sistema Internacional. Todos estes fatores interrelacionam-se. As causas económicas, com os recursos naturais e território, estão ligadas às vertentes étnicas, políticas e ao sistema de governação que controla e toma as decisões podendo acentuar as desigualdades.

As consequências resultantes dos conflitos armados afetam todas as áreas da sociedade. Para além dos impactos diretos como mortes e destruição de infraestrutura, os impactos indiretos infligem mais danos profundos e duradouros nos diversos setores da sociedade como na economia, estabilidade política e as instituições, sendo o ambiente, também, uma consequência muito permanente que normalmente é esquecida (INTOSAI WGEA, 2022). O conflito do Sudão iniciado a 15 de abril de 2023 é uma componente central desta investigação. Vão ser alvo deste estudo as diferentes causas que desencadearam o conflito e os seus impactos na população. O Sudão, desde a sua independência, passa por diversos conflitos motivados pelos diferentes golpes de Estado e décadas de opressão fruto de regimes militares autoritários e de uma estrutura militar que domina grande parte dos setores económicos do país e, ao mesmo tempo, responsável por violações dos direitos humanos em Darfur (Smiles, 2008; Correia, 2013). Desde 2018, a população luta para

estabelecer uma transição democrática para um governo liderado pelos civis que acabou por falhar em 2023, uma vez que as SAF e as RSF não chegaram a um acordo sobre o período de integração das duas forças (Africa news, 2023). Estas décadas são dominadas por crises humanitárias que, com o atual conflito, se intensificaram fazendo com que o Sudão tenha a maior crise de deslocados internos do mundo (IOM, 2023), caracterizada por um sistema de saúde e uma economia em falência. Em simultâneo a esta crise humanitária, as forças militares continuam a cometer atrocidades, desde assassinatos eticamente seletivos, violência baseada no género feminino (UN High Commissioner for Human Rights, 2024), uso de crianças-soldado, entre outras violações do DIH e dos direitos humanos.

Pretende-se fazer uma análise dos conflitos armados em duas principais áreas: as causas e as consequências, com um foco na situação do Sudão. Ao examinar os diferentes fatores que provocam os conflitos e consecutivamente os impactos e o caso específico do conflito atual do Sudão, esta pesquisa procurar contribuir para uma compreensão mais profunda das dinâmicas de um conflito armado. O trabalho está dividido em dois capítulos. A primeira secção debruça-se sobre os conflitos armados de uma forma geral. Pretende-se, primeiro, referir o DIH, pois é o ramo de Direito relacionado com os conflitos armados de forma a compreender os diferentes tipos de conflitos e as medidas existentes para fazer com que as regras sejam respeitadas. Neste capítulo há um enfoque nas diferentes causas que provocam os conflitos armados, referindo-se os diferentes setores da sociedade e as diversas consequências que afetam as populações e a comunidade internacional. A segunda secção centra-se num caso estudo que se prende com o conflito atual do Sudão. O estudo analisa o passado marcado por golpes de Estado, pela opressão e as causas estruturantes que originaram o conflito. Este tem várias implicações humanitárias e económicas que afetam toda a população. Por fim, o estudo aborda as violações dos direitos humanos e do DIH que as SAF e as RSF cometem em várias regiões do Sudão.

1. Conflito Armado

1.1 À luz do Direito Internacional Humanitário

Os conflitos armados destroem e condicionam vidas humanas todos os anos, sendo necessário medidas para os regulamentar. O Direito Internacional Humanitário ou “Direito dos Conflitos Armados” ou “Direito da Guerra” são um conjunto de normas e princípios, que se esforçam, por motivos humanitários, a limitar os impactos dos conflitos armados (ICRC, 2004). Têm como principais objetivos estabelecer limites na violência, proteger e salvaguardar os civis, prisioneiros de guerra e outros envolvidos direta ou indiretamente no conflito armado (American Red Cross, 2011). O DIH faz parte do Direito Internacional, nomeadamente, o Direito Internacional Público e, como tal, é composto principalmente por tratados intencionais, pelo Direito Consuetudinário e princípios gerais de Direito (CICV, 2022). Assim, configuram-se como disposições jurídicas reconhecidas universalmente (Gomes e Moreira, 2023: 332). Como tal, o DIH vincula todos os atores a um conflito armado, fazendo com que as suas regras sejam aplicadas a atores estatais, bem como a atores não estatais (ICRC, 2003).

O Direito Internacional Humanitário (este ramo de direito) aplica-se, apenas, em contexto de conflito armado, podendo ser de carácter internacional ou não. Os conflitos internacionais envolvem dois ou mais Estados que entram em confronto armado, e também conflitos em que povos lutam contra um domínio colonial, uma ocupação estrangeira ou regimes racistas, designando-se como “guerras de libertação nacional” (Gomes e Moreira, 2023: 333; ICRC, 2023a). Nestes conflitos internacionais aplicam-se as quatro Convenções de Genebra e o Protocolo Adicional I. Os conflitos não internacionais são restritos a um território de um único Estado e envolvem um ou mais grupos armados não estatais que lutam entre si ou forças governamentais que lutam contra este tipo de grupos insurgentes (ICRC, 2003, ICRC, 2023b). Nos conflitos internos, aplica-se apenas o artigo 3.º, comum às quatro Convenções de Genebra e ao Protocolo Adicional II. É importante sublinhar que para que um confronto seja classificado como um conflito intraestatal, é necessário que os grupos armados não estatais sejam considerados “partes do conflito”, operando sob uma estrutura organizada capaz de desenvolver operações militares; e que as relações entre as partes do conflito atinjam um

nível de hostilidades abertas e coletivas, sendo por exemplo, necessário o uso de meios policiais ou militares para controlar os rebeldes (ICRC, 2023b; Deyra, 2001: 47).

Embora os princípios do Direito Internacional Humanitário sejam amplamente aceites, surgem dificuldades, nomeadamente, na sua implementação, devido a ideias divergentes quando a violência se transforma em conflito armado (Gomes e Moreira, 2023: 336) e a fragilidade dos mecanismos de cumprimento deste direito. A implementação do DIH depende, em grande medida, da vontade política dos Estados, levando estes, em várias ocasiões, a desrespeitarem as normas comumente aceites e acordadas pela comunidade internacional. Muitos Estados, em situação de conflito não internacional, não reconhecem a existência de tal conflito, pois desta forma não precisam de se preocupar com o artigo 1.º comum das Convenções de Genebra que recai sobre o respeito dos princípios e normas ligadas ao DIH (Sassoli, 2014: 111). Os responsáveis pela violência, são rotulados como criminosos, terroristas, entre outros, evitando que as regras do DIH sejam aplicadas (Gomes e Moreira, 2023: 336). Para além disso, outro exemplo dos desafios da aplicação do DIH é na “guerra contra o terror”. Após o 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos e outros Estados realizaram várias operações militares, principalmente no Médio Oriente, onde foram desrespeitadas inúmeras vezes as regras do DIH, com a justificação da guerra contra o terrorismo. Levanta-se, desta forma, o debate se o ataque terrorista perpetrado pelas organizações deve ser visto como uma situação de nível mínimo de intensidade de violência ou tratado como um ato criminoso sujeito à aplicação da lei doméstica do Estado (Sarwar, 2017: 54).

O Direito Internacional Humanitário utiliza três medidas fundamentais para assegurar a implantação das normas: medidas preventivas, medidas durante o conflito armado e medidas repressivas (Gomes e Moreira, 2023: 337). Apesar dos esforços de vários Estados através de tratados internacionais e outros mecanismos, continua a ser difícil garantir o respeito pelo direito durante um conflito armado. É necessário, cada vez mais, envidar esforços no sentido de que o DIH (medidas preventivas) seja amplamente conhecido, não só pelas Forças Armadas, mas também pelos membros da sociedade civil, para que, de forma esclarecida, compreendam que num conflito armado é preciso respeitar o outro mesmo que se apresente como inimigo (Gomes e Moreira, 2023: 337). O Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) é a principal organização responsável pelo controlo do respeito do DIH. De acordo com Sassoli (2014), nas medidas de

implementação durante o conflito armado, o CICV é o mecanismo verdadeiramente eficaz, que deve priorizar a sua função humanitária de proteção a civis, prisioneiros de guerra e outros serviços durante um conflito interno, mesmo que signifique que tenha de abdicar da função de cumprimento do direito. Por fim, as medidas repressivas são fundamentais no DIH, obrigando as partes em conflito a prevenirem e a punirem todas as violações, inclusive criminalizar as violações de direitos humanos. Assim, os Estados devem adotar e promulgar legislação que permita levar os culpados à justiça, nos tribunais nacionais e estabelecer sanções pelos seus crimes (Gomes e Moreira, 2023: 337; ICRC, 2023c). O Tribunal Penal Internacional (TPI) é, também, outro órgão, mas de carácter internacional, responsável por julgar crimes ligados às violações dos direitos da guerra, como crimes contra a humanidade, crimes de guerra, genocídio, entre outros.

1.2 Causas dos Conflitos Armados

Os conflitos armados devem-se a causas e fatores de índole diversa, presentes numa sociedade, que podem figurar como desafios às normas e relações entre as diferentes partes. Estes fatores podem mudar rapidamente e acentuar as causas do conflito (Sida, 2023). Um conflito não pode ser reduzido apenas a uma única causa, mas a uma multiplicidade de causas e razões diferentes que interagem entre si, sendo necessário realizar uma análise tendo em conta o contexto. É importante, também, diferenciar “causa” de “gatilho”. As causas estruturais são as principais razões, que a médio-longo prazo, levam ao conflito. Enquanto o gatilho é o fator que vai provocar o início do conflito (Schweitzer, *et al.*, 2007)

Vários autores, ao analisarem as causas dos conflitos armados, seguem uma visão mais teórica. Vislumbra-se, portanto, uma série de teorias sociais, biológicas, liberais, entre outras, e diferentes meios de análise (Britannica, 2024a; Bizău e Stănciulescu, 2022). Estes métodos apresentam-se em três níveis diferentes: nível individual/condição humana; nível estatal e nível internacional (Bizău e Stănciulescu, 2022). Apesar da existência de múltiplas teorias sobre as causas das guerras e os diferentes níveis de análise, neste trabalho, focar-me-ei numa análise mais pragmática e simples das causas e fatores, de diferentes áreas da sociedade, que aumentam a probabilidade de um conflito armado. Além disso, é importante referir que as causas que mais adiante elencarei,

aplicam-se a ambos os tipos de conflitos (internacionais e não internacionais). No entanto, estas referem-se, em larga medida, aos conflitos não internacionais, pois este tipo de conflito nas últimas décadas aumentou comparativamente com os conflitos internacionais que se tornaram um evento mais raro (Szayna, *et al.*, 2017; Davies, *et al.*, 2023).

Economia

As más condições económicas de uma sociedade, são uma das principais causas a longo prazo dos conflitos armados. Quando um Estado se encontra em recessão económica, são implementadas, várias vezes, medidas mais radicais orientadas para o mercado. Desta forma, o foco centra-se em reanimar a economia, desconsiderando as políticas sociais que deviam ser implementadas ao mesmo tempo, podendo conduzir a uma fragilidade política (Bizău e Stănciulescu, 2022). Existe diferentes posições relacionadas com o comércio e os seus efeitos na eclosão dos conflitos. As posições mais liberais argumentam que o comércio não sustenta possíveis conflitos, enquanto as realistas afirmam que a interdependência económica aumenta a probabilidade de um conflito internacional (Anderson *cit in* Waltz, 1979). Os realistas defendem que o equilíbrio de poder impulsiona a guerra. A interdependência económica é um espelho disso mesmo, uma vez que os Estados rivalizam, entre si, no sentido de obterem mais poder e, consequentemente, uma maior independência. (Arkin, 2022). Esta interdependência traz incertezas para os Estados provocando, assim, uma necessidade em garantir a segurança, pois este, está vulnerável a possíveis intervenções no comércio e investimento doutrem que tenha intenção de reduzir o seu poder (Arkin *cit in* Copeland, 2015). Face ao exposto, a possibilidade de um conflito armado é uma constante já que a incerteza e o carácter ofensivo das relações, podem gerar insegurança e medo de perder.

O desenvolvimento económico é, também, outro fator que gera conflitos armados. Principalmente ligado aos conflitos não internacionais, um mau ou desigual desenvolvimento económico em Estados em desenvolvimento pode desencadear um conflito. Através dos modelos de “ganância” e “queixa” conseguimos perceber alguns dos motivos dos conflitos armados intraestatais. As “queixas” são “motivações baseadas num sentimento de injustiça na forma como um grupo social é tratado, muitas vezes com uma forte dimensão história” (Murshed, 2002), que podem levar a um conflito interno,

principalmente quando se encontram relacionadas a fatores económicos. Fatores com pobreza extrema, discriminação/desigualdade económica com base na religião, etnia, género, entre outros, (Anderson, 2018) proporcionam um ambiente propício à violência.

Recursos Naturais

Os recursos naturais são outro fator económico que também aumenta a probabilidade do desenvolvimento de um conflito armado. Os conflitos ligados à distribuição e soberania dos recursos naturais podem estar relacionados com divisões internas, a nível étnico, religioso, como por exemplo no Sudão, mas também relacionado com o espectro interestatal, quando há disputas a nível regional ou quando os recursos são de especial importância para a estratégia nacional de um Estado (Soedjatmoko, 1984).

A escassez e o acesso limitado aos recursos são razões que pesam, juntamente com outras queixas, possibilitando um aumento da violência (Sida, 2018). O acesso desigual e limitado a recursos como água e terras agrícolas pode provocar uma exclusão social da população da região que vive sob uma dominação económica (Kudakwashe e Richard, 2015). No entanto, é importante mencionar, que nestas situações de escassez de recursos, as sociedades, por norma, conseguem resolver esta problemática, caso tenham boas instituições e ajuda do Estado (Sida, 2023), podendo gerar desenvolvimento. Os recursos, e neste caso a sua escassez, podem não ser a razão principal do conflito, no entanto, os governantes tentam ocultar as causas estruturantes da população (Evedove, 2014). É importante sublinhar que a abundância de recursos apresenta-se como um fator mais determinante para o desencadear de um conflito do que a sua escassez (Evedove, 2014). Os recursos em questão são normalmente os não renováveis, como por exemplo, o petróleo, pois tem grande valor económico, (Evedove, 2014; Sida, 2023). A abundância dos recursos naturais pode ter um efeito direto ou indireto nos conflitos armados. Direto, quando os grupos usam a riqueza que provem dos recursos para financiar guerras e indireto, quando a abundância destes recursos enfraquece as instituições do Estado, devido a uma má administração dos mesmos por parte dos governos, para fins pessoais ou para favorecer certos setores, em vez de os utilizar para melhorar os serviços públicos (Evedove, 2014; Sida, 2023). Além disso, a abundância dos recursos naturais pode incentivar intervenções de países estrangeiros, podendo prolongar os conflitos (Sida, 2023), como por exemplo no caso da guerra do Kuwait.

Território

As disputas territoriais são outra causa dos conflitos armados, que também estão relacionadas com a economia e os recursos naturais. De acordo com algumas descobertas empíricas, os conflitos baseados em disputas territoriais tendem a durar mais tempo do que outro tipo de conflitos de teor político-ideológico (Toft, 2014). Esta situação prende-se com o facto de o território ter um valor estratégico, mas também intrínseco, devido aos seus recursos naturais, infraestruturas e se possui espaço para uma população em crescimento (Toft, 2014). Assim sendo, um território com valor motiva e facilita uma possível escalada armada entre partes opostas, podendo ser entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado. A grande maioria dos conflitos intraestatais ocorrem precisamente devido a confrontos, entre diferentes grupos pela autonomia de território (Sida, 2023). O conflito interestatal entre a Ucrânia e Rússia é um exemplo atual de disputa por território em que a Ucrânia se esforça para recuperar o seu território da ocupação russa desde 2014. Este facto é um exemplo de como disputas territoriais a nível interestatal aumentam a probabilidade de se recorrer ao uso de violência armada (Toft *cit in* Senese, 2005; Rider, 2013).

O território, também, pode ter um valor simbólico, em que os atores têm ligações históricas, culturais ou identitárias, provando ser difícil a resolução do conflito (Toft, 2014). As várias disputas territoriais nos países em desenvolvimento são resultado do colonialismo que rompeu com estes valores simbólicos de várias culturas. A construção de novas fronteiras pelos Estados europeus e a posterior tentativa de criar Estados homogéneos fomentou diversas divisões, tanto a níveis étnico como religioso (Soedjatmoko, 1984). Assim, a probabilidade de violência e a sua escalada num conflito armado aumentou devido às hostilidades entre diferentes grupos, juntamente com as disputas territoriais e as lutas pela autodeterminação.

Etnia

Nos conflitos armados o fator etnia encontra-se, várias vezes, presente principalmente em conflitos internos. Os chamados, “conflitos étnicos” têm como núcleo a diferença étnica entre as partes beligerantes, sendo uma das causas (podendo ser a principal) esta diferença. De acordo com Smith (2004), as diferenças étnicas encontram-se nas perceções

que um grupo partilha em relação a quem pertence e não pertence ao grupo, mais do que os elementos que os grupos partilham, como a linguagem, cultura, história, entre outros. Perante isto, é importante perceber que as diferenças étnicas de forma isolada não provocam conflitos armados, sendo muitas vezes devido a questões políticas, económicas, entre outras (Britannica, 2023) que no fim vão realçar a dimensão étnica. Tanto as crises económicas como o desenvolvimento podem acentuar as tensões étnicas. Os períodos de estagnação em conjunto com um sistema discriminatório podem contribuir para tensões e competição entre grupos (Britannica, 2023). A nível político, vários líderes, sabendo que a etnia é uma componente relevante para diversos grupos da sociedade, tentam aproveitar-se desta situação, fazendo discursos manipuladores e nacionalistas de forma a mobilizar a população (Smith, 2004). Culpam o conflito ou a tensão existente no país, pela hostilidade remota entre diferentes grupos étnicos de forma a distorcer a realidade, apelando a sentimentos de crença e ideais de um certo grupo de forma a ganhar o seu apoio (Tepfenhart, 2013). Da mesma forma, é, também, utilizada a propaganda para criar uma narrativa do “nós” contra “eles” de forma a cortar as relações entre os diferentes grupos. Escusado será dizer que em países autoritários nem todos os grupos étnicos são tratados da mesma força, provocando, desta forma, uma instabilidade social entre diferentes grupos ou hostilidade perante o governo. Os políticos usam estas táticas de dividir e mobilizar a população para desviar as atenções de mudanças socioeconómicas e instabilidades políticas (Smith, 2004; Tepfenhart, 2013). Assim, é possível perceber que as diferenças étnicas não são a causa de muitos conflitos, mas a política identitária usada para politizar as opiniões e as posições dos diferentes grupos étnicos em conjunto com outros fatores socioeconómicos. No entanto, as partes do conflito armado são frequentemente definidas pela sua etnia (Bizău e Stănculescu, 2022)

Desigualdades

As desigualdades presentes numa sociedade e as queixas relativas a estas, contribuem para a escalada de um conflito armado. Os Estados frágeis são mais suscetíveis às desigualdades entre grupos, que desta forma, propiciam, muitas vezes, situações de violência que podem escalar num conflito e agudizar tais desigualdades. As diferenças entre grupos sociais, étnico-religiosos, entre outros, podem ter origem em vários fatores, frequentemente ligados ao colonialismo e a outras formas de exclusão política, economia

e social (Oxfam, 2019). As desigualdades horizontais (entre grupos) têm um grande impacto no desenvolvimento de um conflito armado (Sida, 2023). As dificuldades e desigualdades no acesso à justiça, segurança, poder político, serviços sociais, níveis de rendimento, etc, encontram-se interligados, estando de certa forma, em alguns Estados, incorporados no próprio sistema (Oxfam, 2019). Esta marginalização e parcialidade que vários grupos sofrem, resulta na sua mobilização e no acentuar da violência. Para além disso, estas desigualdades proporcionam queixas, que várias vezes são ignoradas, aumentando o descontentamento de certos grupos ou usadas pelos líderes de forma a mobilizar as pessoas para se manifestarem, incentivando a violência (CRISE, 2005, Sida, 2023). As perceções têm, também, um papel importante na criação de sentimentos de exclusão e injustiça, enraizadas nas desigualdades entre os grupos, sendo um fator determinante para o conflito.

As desigualdades de género relacionam-se, igualmente, com os conflitos armados. Nas sociedades onde a desigualdade de género e os estereótipos a ela associados é uma realidade, estas estão mais propensas à violência. Enquanto, os Estados com uma perspetiva de género mais igualitária, com maior representação feminina nos órgãos do governo, gastam menos nos orçamentos militares e são menos propensos a conflitos armados (UN Women, 2022; Sida, 2023).

Gostaria, também, de enfatizar que o acesso à educação é bastante importante, pois de acordo com Oxfam (2019) as desigualdades ao nível de escolaridade podem duplicar as probabilidades de um país enfrentar um conflito nos próximos cinco anos.

Sistema Político e Governação

As condições políticas de um Estado são das causas mais importantes de um conflito armado, pois influenciam também os outros fatores referidos anteriormente. De acordo com algumas investigações, o risco de conflito armado é maior em Estados que passam ou tentam passar por uma mudança de regime, podendo ser uma democratização ou autocratização (Sida, 2023; Mansfield e Snyder, 1995). Uma democratização só alcança resultados positivos se o Estado tiver instituições estáveis que interajam com a sociedade civil (Sida, 2023). Ainda, nos regimes autocráticos que atravessam um desenvolvimento democrático, as elites que têm interesses estreitos com o governo, sentem-se ameaçados, usando assim, táticas nacionalistas para sabotar o processo e para competir de forma a

ganhar mais aliados. Esta competição de interesses entre grupos de elites, associada à propaganda e a líderes fracos que usam a estratégia do prestígio nas suas relações com países estrangeiros de forma a aumentar a sua autoridade nos círculos eleitorais, aumenta a probabilidade de um conflito armado (Sida, 2023; Mansfield, 1995). Da mesma forma, os Estados que atravessam uma mudança para um regime mais autocrático têm mais probabilidade de um conflito armado, devido às sabotagens das elites nos processos de democratização, através de métodos populistas, de forma a ganharem o apoio da população (Mansfield, 1995). Os países autocratizantes têm, também, a tendência de aumentar nos gastos de defesa que, “pode levar a percepções de ameaça intensificadas e, em última análise, aumentar a probabilidade de conflito” (Silva *cit in* UN, 2019). É de salientar que, em geral, os Estados democráticos são menos propensos ao conflito, principalmente interno do que as autocracias e Estados em mudança de regime. No entanto, as autocracias também apresentam baixo risco, apesar de serem regimes mais opressivos (Sida, 2023).

A corrupção é outro fator que, também, aumenta o risco de um conflito armado, uma vez que pode afetar a economia, enfraquecer e politizar as instituições do Estado de Direito, aumentando as desigualdades e as queixas das pessoas que se sentem injustiçadas e desfavorecidas pelo sistema. No entanto, a corrupção, de acordo com algumas investigações, pode ter um papel estabilizador e sustentar consenso quando não interfere na política e na economia de forma a prejudicar ou criar desigualdades (Le Billon, 2003). A corrupção faz parte do sistema político e social e, como tal, por si só não gera conflitos, mas sim, a forma como se gera a corrupção (Sida, 2023; Le Billon, 2003).

1.3 Consequências dos Conflitos Armados

Todos os conflitos armados têm consequências, implicações e custos, afetando populações, regiões e até a comunidade internacional. Além disso, os efeitos em conflitos intraestatais são mais persistentes do que em conflitos internacionais (Koczan e Chupilkin, 2022). As consequências dependem, principalmente, da intensidade e duração do conflito e, também, das vulnerabilidades e das características de cada Estado nos diversos setores da sociedade.

Económicas

A nível económico, em geral, há um crescimento económico mais baixo, um efeito negativo sobre o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, principalmente quando o conflito ocorre no seu território. Desde logo, existem os custos económicos diretos, através das despesas na defesa, deixando os outros setores produtivos negligenciados. Com uma “economia de guerra”, a inflação aumenta, a moeda desvaloriza e há um redirecionamento do capital estrangeiro (Hamann-Nielebock e Carvalho, 2008). Mesmo após o conflito terminar, nos anos subsequentes, o PIB continuará inferior, comparativamente se não tivesse em estado de guerra (Mueller e Tobias, 2016). Na situação de conflito ou violência a perceção de risco por parte de investidores pode aumentar, levantando uma incerteza sobre a estabilidade futura do país, influenciando, assim, os preços dos ativos, os fluxos de investimento estrangeiro e a avaliação do mercado de ações (Mueller e Tobias, 2016). Há, também, um acentuar da taxa de desemprego devido à destruição de infraestruturas, ao encerramento de outras e à fuga de mão de obra qualificada, provocando um declínio na produtividade e um crescimento das importações, juntamente com um aumento dos custos laborais e de transporte (IMF, 2019; Mueller e Tobias, 2016). As crianças e adolescentes são, igualmente, afetados pelos conflitos que podem lesar a sua educação e, como tal, as oportunidades de emprego, tendo efeitos sobre a produtividade laboral e a nível salarial (Mueller e Tobias, 2016). Em consequência a estes impactos económicos poderá haver um aumento de comércio e de serviços ilegais e, com isso, o crime organizado.

Humanos e Sociais

Os conflitos armados têm efeitos devastadores nas populações, sendo através do combate, de várias violações dos direitos humanos ou dos impactos socioeconómicos. O impacto mais visível dos conflitos são as mortes provocadas pelo confronto, sejam membros das Forças Armadas ou população civil e a destruição e roubo de casas, infraestruturas e terrenos (Justino, 2011). Para além destas mortes diretas, a taxa de mortalidade é elevada, caso o conflito seja de grande intensidade, devido à propagação de doenças, como a cólera, pneumonia, entre outros, infeções causadas por feridas e também a desnutrição devido ao enfraquecimento e acesso limitado aos serviços médicos, sociais e a bens essenciais (Gates, et al., 2012; Stewart e Fitzgerald, 2001).

Com os conflitos armados vêm as deslocções em massa por parte da população, para fugir aos combates e aos abusos dos direitos humanos. De acordo com a Agência das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR/ACNUR) (2023a), a deslocção forçada tem aumentado, tendo ultrapassado os 114 milhões no final de setembro de 2023. Estes refugiados e deslocados vivem numa exclusão e privação socioeconómica (Justino, 2011), sendo obrigados a lutar pela sua sobrevivência. Além disso, as condições nos campos são precárias, sendo um ambiente propício para o contágio de diversas doenças (Gates, et al., 2012), quer sexuais devido a violações, quer às anteriormente referidas. A nível regional, estas deslocções afetam, ainda, os países vizinhos, que têm de prestar apoio aos refugiados, pois podem desenvolver-se tensões sociais devido às dificuldades de integração (Mueller e Tobias, 2016).

É importante dar especial atenção aos impactos dos conflitos nas mulheres e crianças, pois são grupos mais vulneráveis nestas situações de violência. A violência baseada no género é, infelizmente, bastante comum, sendo as mulheres de diferentes idades alvos de violações, escravidão sexual, resultando num aumento do risco de morte devido a doenças sexualmente transmitidas (Ormhaug, Meier e Hernes, 2009; IMF, 2019). As mulheres refugiadas tendem a ter uma taxa de fertilidade elevada devido a estes problemas e, ao mesmo, devido ao acesso limitado de métodos contraceptivos. É de salientar que a taxa de mortalidade infantil é, igualmente, elevada devido à falta de serviços de saúde, transporte, à desnutrição e outras problemáticas (Justino, 2011; Ormhaug, Meier e Hernes, 2009). No caso das crianças, estas são, igualmente, muito vulneráveis devido a problemas anteriormente referidos, como o acesso limitado a alimentos e água, mas também, à falta de segurança que as impede de frequentar a escola. Durante os conflitos, muitas crianças deslocam-se com as famílias e não têm acesso a uma educação ou, em outros casos, são recrutadas como crianças-soldado que também as impede de obter uma educação colocando-as em situações altamente precárias (Justino, 2011; Gomes e Moreira, 2023: 278). Todo este impacto, especialmente nas crianças, para além da saúde física, vai ter efeitos psicológicos, nomeadamente, a depressão, stress pós-traumático, trauma, entre outras, que afetará o indivíduo pela sua vida fora e a forma como ele desenvolve a sua personalidade e se integra na sociedade (Costa, 2024; Gomes e Moreira, 2023: 278).

Políticas e Eleitorais

Os conflitos armados e outros episódios de violência causam repercussões nas liberdades e na democracia de uma sociedade (Freedom House, 2023). As instituições políticas durante e após um conflito armado tornam-se instáveis e pouco eficientes (Colier, et al., 2003: 22), devido às causas socioeconômicas ou mesmo de teor político que vão desencadear o conflito, mas também com as consequências que este acarreta. Verifica-se que as diferentes áreas da política do Estado (macroeconomia, comércio, infraestruturas e sociais), se deterioram, após um conflito e, como tal, regista-se um grande impacto na população (Colier, et al., 2003: 22).

Durante, e muitas vezes depois, estes ambientes conflituosos, o Estado não tem capacidade para realizar eleições justas e livres. Para além disso, as eleições podem fazer com que os partidos intensifiquem as suas estratégias agressivas e deem atenção ou aumentem os problemas, em vez de geri-los. As eleições podem conduzir a uma polarização e a um comportamento de conflito destrutivo, podendo reduzir a participação eleitoral (Höglund, Jarstad e Kovacs, 2009; Davenport, et al., 2019). As eleições realizadas demasiado cedo após um conflito armado, sem investir em órgãos de gestão eleitoral ou partidos representativos, podem aumentar a probabilidade de o conflito voltar a ocorrer (Brancati e Snyder, 2011; UNDP, 2012: 20). Neste ambiente eleitoral, novos atores políticos, são, muitas vezes, antigos combatentes que agora têm grande influência. Caso o resultado das eleições não for do seu agrado, estes arranjam forma de voltar a um estado de conflito ou tentam governar de uma forma arbitrária e autoritária, podendo, a longo prazo, desencadear novos conflitos (Brancati e Snyder, 2011). Após uma guerra civil, os eleitores não confiam que políticas públicas sejam implementadas assim que os vencedores assumam o cargo (Haass e Ottmann *cit in* De Juan e Pierskalla, 2016).

Por outro lado, alguns estudos apontam que a exposição à violência motiva a população a participar nos processos políticos e sociais e a assumirem atitudes pró-sociais (Davenport, et al., 2019). A governação nestes contextos de fragilidade é caracterizada por uma natureza híbrida de instituições democráticas e de uma política clientelista (Caparini, 2022; Haass e Ottmann, 2021).

Outra consequência, a nível político, já mencionada anteriormente, são as deslocções em massa. Principalmente nas situações em que os deslocados atravessam fronteiras, refugiando-se nos países vizinhos, onde o Estado é forçado a suportar o peso deste grande

fluxo de pessoas (UN, 2001), através do acesso a serviços, infraestruturas e a longo prazo, de políticas de integração.

Ambientais

O meio ambiente, é, também, gravemente impactado devido à violência dos conflitos armado. Contudo, é muitas vezes, uma vítima silenciosa. Desde logo, as Forças Armadas a nível mundial, são uma das grandes responsáveis pelas emissões de gases de efeito de estufas e alterações climáticas (INTOSAI WGEA, 2022). Em contexto de conflito, há uma grande danificação do ambiente, da biodiversidade, bem como das comunidades, afetando a sua saúde e limitando o acesso aos recursos naturais. Convém referir, igualmente, que os impactos nos ecossistemas duram muito mais para além do conflito, podendo ser irreversíveis (PACE, 2023), contribuindo para o sofrimento das populações que já se encontram vulneráveis. Além disso, os impactos ambientais vão para além das fronteiras do Estado, por exemplo, através da poluição do ar, águas, etc (PACE, 2023).

Alguns exemplos mais específicos destes impactos são as alterações climáticas, devido à exploração e utilização de combustíveis fósseis para manter toda a infraestrutura militar a funcionar e, também, o equipamento, desde carros de combate, explosivos até às armas leves (INTOSAI WGEA, 2022). A destruição de infraestruturas industriais e petrolíferas durante os confrontos contribuem, igualmente, para a alteração das condições climáticas (Weir, 2020). Uma estimativa, realizada por investigadores, aponta para que cerca de 5.5% dos gases com efeito de estufa sejam provocados pelas Forças Armadas mundiais (ECDPM, 2023).

Registam-se, também, impactos na biodiversidade e habitats naturais, através, mais uma vez, da exploração dos recursos necessários para a indústria militar e impactos diretos, com explosivos, mísseis, munições incendiárias, movimento dos veículos pesados, entre outros. Tudo isto contribui para a desflorestação, destruição e poluição do ecossistema (INTOSAI WGEA, 2022; Weir, 2020).

A poluição e os resíduos provocados pelos conflitos são dos impactos ambientais mais problemáticos. Muitos dos alvos militares são indústrias e infraestruturas energéticas que podem provocar o derrame de materiais tóxicos para terrenos, rios e aquíferos que vão colocar a saúde da população em risco bem como a biodiversidade. (INTOSAI WGEA, 2022; Weir, 2020). A utilização de certas munições como, por exemplo, munições de

urânio empobrecido para os carros de combate, fósforo branco, explosivos, veículos destruídos, são fatores que ajudam a agravar a poluição e a gestão de resíduos (INTOSAI WGEA, 2022).

Posto isto, conseguimos perceber que um conflito armado muito raramente termina “limpo”. As questões ambientais são esquecidas relativamente às económicas e sociais, mesmo após o conflito terminar.

2. Conflito do Sudão

2.1 Contexto e Causas

Em 15 de abril de 2023, eclodiu um conflito armado no Sudão, entre o grupo paramilitar das Forças de Apoio Rápido (RSF), lideradas pelo Comandante Mohamed Hamdan “Hemedti” Dagalo e as Forças Armadas Sudanesas (SAF), lideradas pelo General Abdel Fattah al-Burhan (CFR, 2023; Torelli, 2023). Até aos dias de hoje, os confrontos e a violência política continuam em diversas frentes, entre as RSF e as SAF, mas também com outros grupos rebeldes (ACLED, 2023).

Desde a sua independência, em 1956, o Sudão tem uma história marcada por golpes de estado, regimes militares e conflitos. Para compreender melhor este conflito armado, é necessário olhar para o passado do Sudão e perceber o seu contexto e evolução.

Segunda guerra civil (1983 – 2005)

O Sudão apresentava uma divisão interna entre a região do Norte que era mais rica, e maioritariamente árabe e muçulmana, e a região do Sul menos desenvolvida, com uma população principalmente cristã e africana (CFR, 2023). No entanto, não se pode colocar toda a responsabilidade destas guerras civis em apenas divisões étnico-culturais. A alocação económica e dos recursos, como o petróleo, exclusão política, entre outras problemáticas, contribuíram, ainda, para os confrontos. O Estado do Sudão nunca conseguiu formar uma identidade nacional sudanesa em todo o país (van Baarsen, 2000). As várias tentativas por parte das elites de construir uma identidade sudanesa falharam, pois basearam-se na identidade islâmica do Norte, excluindo a identidade africana do Sul (van Baarsen, 2000). Esta situação encontra-se espelhada em 1983, quando o presidente Gaafar Nimeiry, violou o acordo de Abis Abeba (que terminou a primeira guerra civil em 1972), ao impor a Lei Sharia em todo o país, e ao abolir a Região Autónoma do Sul do Sudão (Momodu, 2018). Para além disso, a região do Sul era vista pela do Norte, simplesmente, como uma fonte de recursos facilmente aproveitáveis. Portanto, devido a estas circunstâncias inicia-se novamente, outra guerra civil (van Baarsen, 2000). Os rebeldes do Sudão do Sul formaram o Exército Popular de Libertação do Sudão (SPLA), liderado por John Garang, para combater o governo central em Cartum. Esta guerra termina em 2005, com o Acordo de Paz Abrangente (CPA) assinado no Quénia

pelo Partido do Congresso Nacional (NCP) e pelo Movimento/Exército Popular de Libertação do Sudão (SPLM/A) em 9 de janeiro (Joshi, Quinn e Regan, 2015). Em julho de 2011, o Sudão do Sul ganha a independência e torna-se o Estado mais recente do mundo. Esta guerra civil foi caracterizada por várias atrocidades, uso de crianças-soldado, violações dos direitos humanos e a morte de dois milhões de pessoas.

Para além do conflito, em 1989, Omar al-Bashir tomou o poder através de um golpe de Estado. Mais uma vez, o Sudão era submetido a um regime militar coberto de corrupção que instiga disparidades e conflitos internos.

Conflito em Darfur

No que diz respeito ao conflito atual, a situação em Darfur é, igualmente, um grande antecedente/causa. Em 2003, dois movimentos rebeldes da região de Darfur, o Exército de Libertação do Sudão (SLA) e o Movimento Justiça e Igualdade (JEM), insurgiram-se contra o governo central sudanês (Smiles, 2008; Correia, 2013). Estes grupos rebeldes compostos por africanos negros não-árabes sentiam-se frustrados devido à marginalização económica, política e social do governo de Cartum que é pró-árabe, exigindo melhores condições (Smiles, 2008; PBS, 2008).

Este conflito é, portanto, um produto de fatores políticos, étnicos, sociais, mas também ambientais. Darfur é composta por várias zonas climáticas e ameaças, como secas e desertificação e a consequente competição por recursos e alimentos entre diferentes tribos e, também por rivalidades entre pastores (geralmente árabes) e agricultores sedentários (não árabes) por causa de propriedades. Esta situação causou várias tensões despoletando focos de violência (Sikainga, 2009; Correia, 2013). Esta situação deriva do facto dos governos pós-coloniais serem sempre dominados por elites pró-árabes que focaram o desenvolvimento no Centro e Norte do país, tentando, simultaneamente, promover uma identidade nacional islâmica excluindo a região do Sul, como anteriormente referido, mas também uma identidade baseada no arabismo, marginalizando politicamente e economicamente as outras periferias do Sudão, nomeadamente Darfur. (Smiles, 2008; Sikainga, 2009).

Os ataques a instituições governamentais, ao aeroporto de Al-Fashir e outras infraestruturas iniciaram-se em abril (Sikainga, 2009; Ottaway e El-Sadany, 2012). Em resposta, o governo sudanês bombardeou vários pontos da região e enviou uma milícia

árabe, a Janjawid, para combater os rebeldes em Darfur. Estas milícias juntamente com as SAF são responsáveis por vários crimes de guerra, como assassinatos indiscriminados, violações sexuais, pilhagens, incendiar aldeias e muitos mais (Smiles, 2008; Correia, 2013). Perante isto, em 2005, as Nações Unidas (ONU) intervêm, concluindo que a Janjawid e as SAF eram responsáveis por crimes graves e remeteram a situação ao Procurador do TPI (ACJPS, 2019). No mesmo ano, o Sudão cria um Tribunal especial, o Tribunal Penal Especial, para julgar os responsáveis por estes crimes em Darfur (ACJPS, 2019). Em 2009 o TPI emitiu um mandado de captura ao Presidente Omar Al-Bashir, acusado de crimes de guerra e contra a humanidade e, mais tarde em 2010, um segundo mandato com acusações de genocídio (Ottaway e El-Sadany, 2012; ACJPS, 2019).

Em 2013, a milícia Janjawid, é oficialmente integrada nos quadros de segurança do Sudão, passando-se a designar Forças de Apoio Rápido (RSF). Esta força paramilitar inicialmente atuava sob a direção dos Serviços Nacionais de Inteligência e Segurança (NISS), mas, em 2017 passou a funcionar como um ramo independente colocado sob o comando direto do Presidente Omar Al-Bashir (ACJPS, 2019).

Apesar de terem sido realizados três acordos de paz (em 2006, 2011 e 2020) para pôr termo às hostilidades em Darfur, a violência continua até aos dias de hoje, ganhando novamente destaque com o conflito atual (Zapata, 2012; Correia, 2013; Al Jazeera, 2023a). Desde o início do conflito pelo menos trezentos mil darfurianos foram mortos e cerca de três milhões deslocados à força (ACJPS, 2019; Elzarov, 2022). Devido ao tipo e frequência dos crimes cometidos pela RSF e SAF, os meios de comunicação social e organizações não governamentais responsabilizam o Sudão por “limpeza étnica” e crimes contra a humanidade (HRW, 2004; Correia, 2013). Os Estados Unidos chegaram mesmo a descrever a situação com um caso de genocídio, contudo nem a ONU nem a UE o classifica como tal (Correia, 2013).

Revolta popular e luta pelo poder (2018 – 2023)

Em dezembro de 2018, iniciou-se uma revolta popular composta por vários protestos em todo o Sudão (ACJPS, 2019). Este descontentamento é resultado de décadas de opressão por parte de um regime militar autoritário, com uma cultura baseada no clientelismo e na cleptocracia (Ayferam, 2023). A estrutura militar, responsável por violações dos direitos

humanos cometidas em várias regiões periféricas do Sudão, controla quatro quintos dos recursos e serviços estatais do país, desde bancos, minas, setor da defesa, borracha, entre outros. (Ayferam, 2023). A má gestão da economia e consequente crise, juntamente com a dificuldade de arranjar empregos e as divisões étnicas entre classes e elites estimuladas pelo governo autoritário, levaram à queda do mesmo. Em abril de 2019, o Presidente Al-Bashir é deposto por um golpe de Estado, terminando assim uma governação ditatorial de trinta anos. O golpe foi liderado por forças civis em parceria com as SAF e as RSF, surpreendendo quer a população quer a comunidade internacional, pois estas forças eram usadas pelo Presidente para o proteger da possibilidade de um golpe, devido à história do país (Crisis Group, 2023a; Chotiner, 2023). Apesar disso, há relatos de que foram mortos vários manifestantes pelas forças armadas e paramilitares, vislumbrando-se uma difícil transição democrática (Chotiner, 2023; Nashed, 2023). Os protestos tinham, ainda, como objetivo derrubar os principais comandantes das SAF e das RSF, já que estas eram cúmplices do regime militar de Al-Bashir (Crisis Group, 2023a).

Nos meses após a queda do governo, é assinada a Declaração Constitucional pela Estrutura Militar e pelas Forças para a Liberdade e Mudança (FFC) (uma coligação composta por civis, partidos da oposição, rebeldes, etc criada em janeiro de 2019) (Assal, 2023; Crisis Group, 2023b). Com esta declaração é estabelecida uma parceria militar-civil, composta por um gabinete civil e um Conselho Soberano. O intuito era criar um governo de transição liderado por um Primeiro-Ministro civil, Abdalla Hamdok e o Conselho Soberano chefiado General Abdel Fattah al-Burhan e como número dois, o Comandante Mohamed Hamdan “Hemedti” Dagalo (Assal, 2023; European Parliament, 2023). No entanto, os anos seguintes foram marcados por uma crise política. O governo de transição falhou, visto que a estrutura militar recusava-se a cooperar com o gabinete, controlando a economia e rejeitando ceder o poder ao governo civil. Os militares tinham receio de, ao transferir o poder, perder os seus privilégios, o controlo de serviços e recursos e, também, a possibilidade de serem julgados devido aos crimes e violações dos direitos humanos cometidos (Assal, 2023). Além disso, o governo de transição falhou devido aos grupos rebeldes, como o Movimento Justiça e Igualdade, liderado por Gibreel Ibrahim e o Movimento de Libertação do Sudão, liderado por Minni Minnawi, terem-se aliado às forças militares (Assal, 2023).

Dessa forma, em outubro de 2021, as forças militares realizaram outro golpe de Estado, dissolvendo o Conselho Soberano e prenderam políticos civis, entre os quais, o Primeiro-Ministro Abdalla Hamdok (Assal, 2023; European Parliament, 2023). O golpe era justificado de acordo com o General al-Burhan, pois as disputas entre as partes civis eram um perigo para a estabilidade do país. Na realidade, os militares pretendiam continuar a controlar os serviços estatais e a protegerem-se da justiça (Assal, 2023), em que numa transição democrática não seria possível. Todos os esforços realizados com a revolução de 2018-2019 teriam, portanto, sido paralisados. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional chegaram mesmo a suspender os planos de perdoar a dívida e a assistência de seis mil milhões de dólares (Crisis Group *cit in* The New York Times, 2023). Face ao golpe, foram criadas várias iniciativas para anular as medidas impostas pelos militares, até porque se intensificaram diversas manifestações em Cartum. Uma das medidas foi a readmissão do Primeiro-Ministro Hamdok, no entanto, ele demitiu-se em janeiro de 2022 (European Parliament, 2023).

Outra medida facilitada pela UNITAMS (Missão Integrada de Assistência à Transição das Nações Unidas no Sudão), pela União Africana (UA) e pela Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), foi o Mecanismo Trilateral (Crisis Group, 2023b; Assal, 2023). Este mecanismo tinha como objetivo uma mediação à porta fechada entre líderes civis e militares. Todavia, a iniciativa, mostrou-se pouco eficaz devido à tensão política presente e à não adesão das FFC e comités de resistência (Crisis Group, 2023b; Assal, 2023). Simultaneamente, uma coligação composta pelos Estados Unidos, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos (EAU) e Reino Unido (Quad), também desenvolvia esforços para que uma mediação entre as FFC e os militares fosse possível (Crisis Group, 2023b). O Quad, com auxílio do Mecanismo Trilateral, desempenhou um papel importante para na assinatura do Acordo-Quadro Político em dezembro de 2022.

O acordo previa uma transição de dois anos para um governo civil, composto por um Conselho Legislativo, Chefe de Estado e Conselho de Ministros e eleições nacionais (Assal, 2023). O acordo expressava, ainda, a integração das RSF nas SAF, pois as forças paramilitares seriam proibidas, bem como o envolvimento militar nos diferentes setores da economia, com exceção no da defesa. Apesar de ter havido algum progresso, com a ajuda do Mecanismo Trilateral, a transição acabou por falhar. Primeiramente, devido à dificuldade de negociação entre as partes signatárias, as Forças para a Liberdade e

Mudança – Conselho Central (FCC-CC), junta militar, entre outros partidos e as partes que se recusaram a assinar, como as Forças para a Liberdade e Mudança – Bloco Democrático (FCC-DB), os comités de resistência e outros mais (Assal, 2023; Dabanga, 2023a). O acordo foi, essencialmente, entre as forças militares que não tinham condições para governar um país com uma crise multifacetada e um ramo das FCC que não possuía o apoio necessário, já que as outras coligações civis não estavam de acordo com a participação do Comandante Hemedti e do General al-Burhan nas negociações (Africa news, 2022). Em segundo, as duas principais forças militares, as SAF e as RSF, não chegavam a um consenso sobre o prazo de integração e o funcionamento da cadeia de comando. As SAF insistiam num processo de dois anos e que a força paramilitar respondesse diretamente a elas. Ao invés, as RSF queriam que a integração decorresse ao longo de dez anos e que pudessem responder diretamente ao chefe de Estado (Assal, 2023; European Parliament, 2023; CFR, 2023). Perante o aumento das tensões, a junta militar e grupos civis falharam por duas vezes o prazo para assinar o último acordo para estabelecer uma transição democrática negociações (Africa news, 2023).

Em 15 de abril de 2023, iniciaram-se, então, confrontos armados entre as SAF e as RSF, em Cartum. Ambas as partes, acusam-se mutuamente de iniciarem o conflito (CFR, 2023). Os apoiantes das SAF argumentam que o conflito é uma invasão estrangeira, com membros das RSF recrutados no Chade, Mali e Níger, enquanto as RSF dizem estar a combater extremistas islâmicos leais ao antigo regime e com ligações externas (Assal, 2023). Para além das partes beligerantes, há o envolvimento de atores externos, nomeadamente, o Egito, a Arábia Saudita e os EAU, que já participavam nos esforços para a transição democrática. Os EAU têm relações com as duas partes, no entanto, é relatado que as RSF receberam armamento, ao que o governo dos EAU desmente (Al Jazeera, 2024a; Middle East Eye, 2024). Além dos EAU, há, da mesma forma, relatos de que o grupo Wagner está a fornecer armamento às forças paramilitares (CFR, 2023). Por outro lado, o Egito apoia as SAF e pretende fornecer auxílios diplomáticos para terminar o conflito, mas também para que o líder das RSF não volte a participar em funções políticas no país (Al Jazeera, 2023b).

Este conflito já decorre há mais de trezentos dias, apesar das várias tentativas para estabelecer um cessar-fogo. Estes esforços acabam por falhar, por falta de uma adesão

total (Dabanga, 2024). Atualmente as negociações continuam para discutir a questão de ajuda humanitária.

2.2 Consequências

Este novo conflito que se iniciou em 15 de abril de 2023 acentuou as vulnerabilidades e fragilidades, já presentes, há décadas no Sudão. Grande parte dos combates está a ocorrer na capital Cartum, mas já se espalharam para várias regiões. É usado armamento pesado, explosivos e até ataques aéreos por parte das SAF (Assal, 2023). Como resultado destas operações, regista-se a morte de cerca de doze mil pessoas até ao momento (Dabanga, 2024), e a destruição de várias infraestruturas como hospitais, escolas, estações de água, de eletricidade (Assal, 2023). Verifica-se, também, a destruição e a pilhagem de várias casas, principalmente pelas RSF, obrigando as pessoas a abandonarem as suas propriedades (HRW, 2024; Assal, 2023).

Crise Humanitária

Atualmente, cerca de vinte e cinco milhões de pessoas necessitam de ajuda humanitária, das quais catorze milhões são crianças (OCHA, 2024). Desde o início do conflito, faz agora dez meses, mais de oito milhões de pessoas foram obrigadas a deslocar-se. Dessas oito milhões, cerca de seis milhões encontram-se dispersas pelo país em comunidades de acolhimento e quase dois milhões são refugiados procuram abrigo em países vizinhos, como o Chade, Egito, República Centro-Africana (RCA), Etiópia e Sudão do Sul (OCHA, 2024). De acordo com a UNICEF (2024) cerca de três milhões de crianças encontram-se deslocadas, tornando esta crise, a maior crise de deslocamento infantil do mundo. Face ao exposto, é importante ter a noção de que antes do início do conflito, cerca de quatro milhões e meio de pessoas já estavam deslocadas (UNHCR, 2023b).

Este conflito tem um grande impacto na saúde pública, aumentando os desafios de um sistema que já antes se encontrava em situação de frágil. Nas zonas de combate, cerca de 70% das instalações que prestam serviços médicos estão inoperacionais (Health Cluster, 2023). Para além da destruição, a escassez de profissionais e materiais de saúde, como vacinas, a falta de acesso de água, eletricidade e até a militarização dos próprios hospitais por parte das RSF (Dafallah, et al., 2023), complicam o acesso ao tratamento que a

população, especialmente crianças, necessita. A prestação de ajuda humanitária por parte de organizações não governamentais é, também, dificultada devido ao ambiente inseguro em que se encontra o país. Assim, existe um risco de propagação de doenças, como o sarampo (cerca de quatro mil e seiscentos e cinquenta casos (OCHA, 2024)) e a poliomielite, malária e de infeções devido às condições precárias das instalações de saúde (Aderinto e Olatunji, 2023). De acordo com o Ministério Federal da Saúde sudanês e a Organização Mundial da Saúde (OMS), até 27 de janeiro, foram relatados em nove estados cerca de dez mil e quinhentos casos suspeitos de cólera (OCHA, 2024). A saúde mental é, também, afetada pelo conflito. Tanto os efeitos diretos, como as mortes, ferimentos, violências sexuais, como os efeitos indiretos, deslocamento, perdas de casas, entre outros, contribuíram para sentimentos de ansiedade, depressão, podendo, mesmo, desenvolver transtornos de stresse pós-traumático (Aderinto e Olatunji, 2023).

A fome é outro grande problema provocado por este conflito e pelo declínio económico. Cerca de dezoito milhões de pessoas encontram-se numa insegurança alimentar, das quais, perto de cinco milhões estão em níveis de emergência (OCHA, 2024; WFO, 2024). Para 2024, prevê-se que pelo menos três milhões e meio de crianças sofram uma subnutrição aguda, das quais setecentas mil poderão sofrer uma subnutrição aguda grave, necessitando de tratamentos especializados (OCHA, 2024). De acordo com a OMS, a próxima época de escassez conduzirá, nas várias regiões do sudão, a níveis catastróficos de fome, mas também de doenças, entre as populações que já sofrem subnutrição (OCHA, 2024; Asharq Al-Awasat, 2024). A desnutrição provocada pode, também, acentuar a agitação social pela competição de recursos que já são escassos. Sendo assim, é deveras importante que haja negociações para estabelecer corredores humanitários, por forma a que as organizações consigam ter acesso às populações, principalmente nas regiões periféricas.

Economia

A economia do Sudão, mesmo antes do conflito armado atual ter iniciado já se encontrava frágil devido aos conflitos anteriores e ao regime militar. Desde abril de 2023, a atividade económica do país encontra-se em colapso, com a destruição de infraestruturas industriais, ataques a bancos, a paralisação dos mercados e a morte ou deslocamento do capital humano. A produção, exportação e importação sofreram uma redução com o

conflito (Siddig, Raouf e Ahmed, 2024; Dabanga, 2024). De acordo com Banco Mundial, a economia contraiu-se 12% em 2023 (OCHA, 202). Numa entrevista à rádio Dabanga (2023b), o economista sudanês Haisam Fathi estima que haja uma perda diária de cerca de oitenta milhões de dólares devido ao conflito. As populações veem-se sem os meios subsistência e os preços dos alimentos aumentam, com subidas até 50% de bens essenciais como farinha, açúcar e óleo de cozinha. Em 2024, o PIB do Sudão deverá descer em 18,3%, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) (OCHA, 202).

Crimes e violações dos direitos humanos e do DIH

Este conflito está a ser caracterizado por várias violações dos direitos humanos e do DIH, por ambas as partes beligerantes. Tanto as RSF como as SAF realizaram ataques indiscriminados em zonas densamente povoadas e até ataques a hospitais, através de artilharia, mísseis, e outro tipo de armamento (UN High Commissioner for Human Rights, 2024). As partes em conflito são responsáveis por assassinatos ilegais, uso de escudos humanos e detenção de civis, especialmente membros de partidos políticos opostos, ativistas e jornalistas (UN High Commissioner for Human Rights, 2024). O uso de crianças-soldado é, também, relatado em diversas regiões do Sudão. As RSF abordaram tribos árabes e as SAF tribos africanas para recrutar crianças, apesar desta prática ser considerada um crime de guerra (UN High Commissioner for Human Rights, 2024).

Desde o início do conflito, as atrocidades em Darfur continuam a aumentar. As forças paramilitares das RSF são responsáveis por uma série de ataques etnicamente seletivos às comunidades não árabes, principalmente à comunidade de Massalit (HRW, 2024; Sen, 2023). Estes ataques materializam-se em assassinatos, torturas, pilhagens, incêndios a casas, destruição de infraestruturas públicas como hospitais e mercados e violência sexual (HRW, 2024). Só em 2023 foram mortas na região ocidental de Darfur, entre a dez a quinze mil pessoas pelas RSF, de acordo com a ONU (VOA, 2024). De 2 a 5 de novembro, na mesma região, esta milícia matou mil e trezentas pessoas, feriu duas mil e cometeu outros abusos aos direitos humanos (Al Jazeera, 2023c).

Os crimes baseados no género, especificamente, feminino são, também, uma grande preocupação com este conflito armado. Todos os tipos de violência com base no género aumentaram, desde a violência sexual, raptos e desaparecimentos forçados, tráfico

humano, casamentos forçados, especialmente, em crianças, entre outros (ACAPS, 2024). As mulheres e raparigas que estão deslocadas internamente ou refugiadas, encontram-se mais vulneráveis à violência sexual relacionada ao conflito, com a falta de assistência, infraestruturas e bens essenciais. Em situações de desespero, várias mulheres chegam a vender ou a trocar atos sexuais por bens essenciais para ajudar as suas famílias (ONCHA, 2023). É importante mencionar que, apesar de ambas as forças militares serem responsáveis por estes crimes, grande parte deles são atribuídos as RSF (HRW, 2024). O colapso do sistema de saúde afeta, também, em especial as mulheres pois existem menos cuidados relacionados à violência sexual e às doenças sexualmente transmissíveis, menos os cuidados com as mulheres grávidas e a higiene menstrual (ACAPS, 2024). Apesar destas atrocidades, as mulheres demonstram a sua resiliência participando ativamente nas iniciativas de paz, como têm demonstrado nos anos anteriores, e o seu papel na assistência humanitária e monitorização da violação dos direitos humanos.

Conclusão

Este trabalho de investigação proporcionou uma análise concisa sobre conflitos armados, com foco nas várias possíveis causas e consequências e um estudo de caso do conflito do Sudão. Os resultados deste estudo demonstram como um conflito não se inicia apenas por uma causa isolada, mas com uma multiplicidade de diferentes fatores que interagem entre si, provocando diferentes consequências que afetam as sociedades, especialmente os civis, como demonstrado no caso do Sudão. Este trabalho pretende pôr em evidência as variadas causas que podem levar a um conflito armado e subsequentes impactos diretos e indiretos que afetam as vidas da população e da comunidade internacional, por vários anos.

Para entender o que é um conflito armado foi necessário explorar o DIH, que forneceu uma base de compreensão para a distinção dos diferentes tipos de conflitos armados e o seu papel na limitação dos danos e sofrimento. O DIH e as suas regras e medidas são deveras necessárias pois protegem os civis, mas também os atores diretos do conflito, colocando entraves legais para quem os queira desrespeitar, embora ainda havendo dificuldades na implementação.

Os conflitos armados resultam de uma série de causas profundas de uma sociedade e do espectro internacional que interligam entre si a médio-longo prazo. Existem diferentes tipos de causas, dos mais diversos domínios, como políticos, étnicos, económicos entre outros. Neste trabalho analisei seis causas, que na minha opinião, são das mais gerais e importantes pois afetam todas as áreas de uma sociedade e Estado. Um conflito armado acarreta vários impactos e consequências, também, de diversos tipos. Uma sociedade não é afetada apenas diretamente através das mortes e destruição de infraestruturas mas também indiretamente como por exemplo, crises económicas, implicações ambientais e até doenças psicológicas. As consequências de um conflito duram anos e caso o Estado afetado já seja frágil anteriormente, ainda mais vulnerável ficará podendo cair noutro conflito.

O caso do conflito do Sudão forneceu informações relevantes de como um país, desde a sua independência, marcado por regimes militares que proporcionaram uma divisão quer étnica, económica e social resultam numa fragilidade da sociedade, elevando apenas as elites. As diferentes causas que provocaram o conflito de 15 de abril de 2023 remontam a várias décadas. É marcado por uma exclusão e opressão de várias comunidades fora da

capital, inúmeros golpes de Estado por forças militares que pretendem obter poder, de forma a controlarem os serviços e recursos do Estado dificultando os processos para um governo civil democrático. Portanto, este conflito atual é um produto de diversas causas correlacionadas que prolongam desde décadas. Para além disso, a investigação permitiu, igualmente, perceber os diversos impactos, que o conflito, tem na sociedade. O Sudão está a passar uma das maiores crises humanitárias dos dias de hoje, com milhões de pessoas deslocadas, com um sistema de saúde em colapso e os preços de bens essenciais a ascender. Os combates e as atrocidades cometidas pelas SAF e as RSF dificultam o acesso à assistência humanitária que deveria ser proporcionada às vítimas deste terrível conflito, principalmente às crianças e às mulheres vítimas de violência baseada no género.

Referências

- ACAPS (2024). Sudan: Impact of the war on women and girls. [Em linha]. Disponível em <https://www.acaps.org/fileadmin/Data_Product/Main_media/20240123_ACAPS_Sudan_Analysis_Hub_thematic_report_Impact_of_the_war_on_women_and_girls.pdf>. [Consultado em 23/02/2024].
- Aderinto, N. e Olatunji, D. (2023). The consequences of Sudan's armed conflict on public health: a closer look at the devastating impact. *International Journal of Surgery: Global Health*, 6(4). [Em linha]. Disponível em <https://journals.lww.com/ijsglh/fulltext/2023/07010/the_consequences_of_sudan_s_armed_conflict_on.13.aspx>. [Consultado em 20/02/2023].
- Africa news (2022). Sudanese generals, pro-democracy group sign framework deal. [Em linha]. Disponível em <<https://www.africanews.com/2022/12/05/sudanese-generals-pro-democracy-group-sign-framework-deal/>>. [Consultado em 17/02/2023].
- Africa News (2023). Sudan fails to meet deadline to form civilian govt. [Em linha]. Disponível em <<https://www.africanews.com/2023/04/12/sudan-fails-to-meet-deadline-to-form-civilian-govt/>>. [Consultado em 23/02/2024].
- African Centre for Justice and Peace Studies (ACJPS) (2019). Will There Be Justice for Darfur? [Em linha]. Disponível em <https://justicefordarfur.fidh.org/wp-content/uploads/2019/12/FIDHreport_Sudan_embargo18Dec.pdf>. [Consultado em 10/02/2023].
- Al Jazeera. (2023a). 'Corpses on streets': Sudan's RSF kills 1,300 in Darfur, monitors say. [Em linha]. Disponível em <<https://www.aljazeera.com/news/2023/11/10/corpses-on-streets-sudans-rsf-kills-1300-in-darfur-monitors-say>>. [Consultado em 10/02/2023].
- Al Jazeera (2023b). Analysis: The war in Sudan is a problem for Egypt. [Em linha]. Disponível em <<https://www.aljazeera.com/news/2023/7/12/analysis-the-war-in-sudan-is-a-problem-for-egypt>>. [Consultado em 17/02/2023].
- Al Jazeera (2023c). 'Corpses on streets': Sudan's RSF kills 1,300 in Darfur, monitors say. [Em linha]. Disponível em <<https://www.aljazeera.com/news/2023/11/10/corpses-on-streets-sudans-rsf-kills-1300-in-darfur-monitors-say>>. [Consultado em 23/02/2024].
- Al Jazeera (2024a). UAE denies sending weapons to Sudan's RSF paramilitary: Report. [Em linha]. Disponível em <<https://www.aljazeera.com/news/2024/1/24/uae-denies-sending-weapons-to-sudans-rsf-paramilitary-report>>. [Consultado em 17/02/2023].
- Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR) (2023a). UNHCR: Forced displacement continues to grow as conflicts escalate. [Em linha]. Disponível em <<https://www.unhcr.org/news/unhcr-forced-displacement-continues-grow-conflicts-escalate>>. [Consultado em 27/12/2023].
- Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR) (2023b). Five things to know about the crisis in Sudan. [Em linha]. Disponível em <<https://www.unhcr.org/news/stories/five-things-know-about-crisis-sudan>>. [Consultado em 27/01/2023].

- American Red Cross (2011). Summary of the Geneva Conventions of 1949 and Their Additional Protocols. [Em linha]. Disponível em <https://www.redcross.org/content/dam/redcross/atg/PDF_s/International_Services/International_Humanitarian_Law/IHL_SummaryGenevaConv.pdf>. [Consultado em 20/12/2023].
- American Friends Service Committee (AFSC) (2023). Situation analysis on the root causes of current internal armed conflict in the Sudan. [Em linha]. Disponível em <<https://afsc.org/sites/default/files/2023-11/situation-analysis-on-the-root-causes-of-current-internal-armed-conflict-in-the-sudan.pdf>>. [Consultado em 10/02/2023].
- Anderson, A. (2018). Economic Causes of Interstate and Intrastate Wars. [Em linha]. Disponível <<https://www.sirjournal.org/research/2018/7/25/economic-causes-of-interstate-and-intrastate-wars>>. [Consultado em 24/01/2024].
- Arkin, S. (2022). Economic Interdependence and Conflict: An International Relations Theory Analysis. [Em linha]. Disponível <<https://cupola.gettysburg.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1002&context=gazette>>. [Consultado em 24/01/2024].
- Asharq Al-Awasat (2024). WHO: Lean Season Could Bring 'Catastrophic' Hunger in Sudan. [Em linha]. Disponível em <<https://english.aawsat.com/arab-world/4853116-who-lean-season-could-bring-catastrophic-hunger-sudan>>. [Consultado em 24/02/2023].
- Assal, M. (2023). War in Sudan 15 April 2023: Background, Analysis and Scenarios. [Em linha]. Disponível em <<https://www.idea.int/sites/default/files/2023-09/war-in-sudan-15-april-2023-background-analysis-and-scenarios.pdf>>. [Consultado em 20/02/2023].
- Ayferam, G. (2023). Sudan's Conflict in the Shadow of Coups and Military Rule. [Em linha]. Disponível em <<https://carnegieendowment.org/sada/90382>>. [Consultado em 17/02/2023].
- Berghof Foundation (2006). Sudan: Conflict Analysis and Options for Systemic Conflict Transformation. [Em linha]. Disponível em <https://berghof-foundation.org/files/publications/SUD_Sudan_Options_for_Systemic_Conflict_Transformation.pdf>. [Consultado em 9/02/2023].
- Bizău, A. e Stănciulescu, R. (2022). Causes of Armed Conflict. [Em linha]. Disponível em <<https://intapi.sciendo.com/pdf/10.2478/raft-2022-0022>>. [Consultado em 22/01/2024]
- Brancati, D. e Snyder, J. (2011). Time to Kill: The Impact of Election Timing on Post-Conflict Stability. [Em linha]. Disponível em <<https://gsdrc.org/document-library/time-to-kill-the-impact-of-election-timing-on-post-conflict-stability/>>. [Consultado em 10/12/2023].
- Britannica. (2023). Ethnic Conflict. [Em linha]. Disponível em <<https://www.britannica.com/topic/ethnic-conflict>>. [Consultado em 25/01/2024]
- Britannica. (2024a). War. [Em linha]. Disponível em <<https://www.britannica.com/topic/war>>. [Consultado em 24/01/2024]

- Britannica (2024b). Sudan. [Em linha]. Disponível em <<https://www.britannica.com/place/Sudan>>. [Consultado em 10/02/2023].
- Caparini, M. (2022). Conflict, Governance and Organized Crime. [Em linha]. Disponível em <https://www.sipri.org/sites/default/files/2022-12/2212_sipri_report_un_stabilization_operations.pdf>. [Consultado em 06/01/2023].
- Centre for Research on Inequality, Human Security and Ethnicity (CRISE) (2005). Why Horizontal Inequalities Matter: Some Implications for Measurement. [Em linha]. Disponível em <<https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a08c95e5274a31e00012e4/wp19.pdf>>. [Consultado em 15/12/2023].
- Chotiner, I. (2023). The Failed “Coup-Proofing” Behind the Recent Violence in Sudan. [Em linha]. Disponível em <<https://www.newyorker.com/news/q-and-a/the-failed-coup-proofing-behind-the-recent-violence-in-sudan>>. [Consultado em 20/02/2023].
- Colier, P. et alii. (2003). Breaking the Conflict Trap. [Em linha]. Disponível em <<https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/ce680d98-c240-5747-a573-b4896762e5f5/content>>. [Consultado em 05/01/2023].
- Collier, P. e Hoeffler, A. (2004). Greed and Grievance in Civil War. [Em linha]. Disponível <<https://www.jstor.org/stable/3488799>>. [Consultado em 24/01/2024]
- Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) (2022). O que é o Direito Internacional Humanitário? [Em linha]. Disponível em <<https://www.icrc.org/pt/document/o-que-e-o-direito-internacional-humanitario>>. [Consultado em 20/12/2023].
- Correia, A. (2013). Crianças-Soldado - O Problema no Caso de Darfur. [Em linha]. Disponível em <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/27808/1/Crian%C3%A7as-Soldado%20-%20O%20Problema%20no%20Caso%20de%20Darfur.pdf>>. [Consultado em 10/02/2023].
- Costa, G. (2024). Efeitos diretos e indiretos dos conflitos armados internacionais. [Em linha]. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2024-jan-04/os-conflitos-armados-internacionais-e-os-seus-efeitos-diretos-e-indiretos/>>. [Consultado em 27/12/2023].
- Council on Foreign Relations (CFR) (2023). Civil War in Sudan. [Em linha]. Disponível em <<https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/power-struggle-sudan>>. [Consultado em 10/02/2023].
- Crisis Group (2023a). Stopping Sudan’s Descent into Full-Blown Civil War. [Em linha]. Disponível em <<https://www.crisisgroup.org/africa/horn-africa/sudan/stopping-sudans-descent-full-blown-civil-war>>. [Consultado em 17/02/2023].
- Crisis Group (2023b). A Critical Window to Bolster Sudan’s Next Government. [Em linha]. Disponível em <<https://www.crisisgroup.org/africa/horn-africa/sudan/critical-window-bolster-sudans-next-government>>. [Consultado em 17/02/2023].
- Dabanga (2023a). Sudan: Breakthrough on security reform, rebels demand more power, revolutionary forces call for unity. [Em linha]. Disponível em <<https://www.dabangasudan.org/en/all->

- news/article/sudan-breakthrough-on-security-reform-rebels-demand-more-power-revolutionary-forces-call-for-unity>. [Consultado em 17/02/2023].
- Dabanga (2023b). Sudan war causes daily economic loss of \$80 million. [Em linha]. Disponível em <<https://www.dabangasudan.org/en/all-news/article/daily-economic-loss-of-sudan-war-estimated-at-80-million>>. [Consultado em 17/02/2023].
- Dabanga (2024). Sudan conflict hits 300-day mark. [Em linha]. Disponível em <<https://www.dabangasudan.org/en/all-news/article/sudan-war-hits-300-day-mark>>. [Consultado em 17/02/2023].
- Dafallah, A. et alii (2023). Destruction, disruption and disaster: Sudan's health system amidst armed conflict. *Conflict and Health*, 17(43). [Em linha]. Disponível em <<https://conflictandhealth.biomedcentral.com/counter/pdf/10.1186/s13031-023-00542-9.pdf>>. [Consultado em 20/02/2023].
- Davenport, C. et alii (2019). The Consequences of Contention: Understanding the Aftereffects of Political Conflict and Violence, *Annual Review of Political Science*, 22(1), p. 361-377. [Em linha]. Disponível em <<https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev-polisci-050317-064057>>. [Consultado em 23/02/2024].
- Davies, S., Pettersson, T. e Öberg, M. (2023). Organized violence 1989–2022, and the return of conflict between states. [Em linha]. Disponível em <<https://www.divaportal.org/smash/get/diva2:1794582/FULLTEXT01.pdf>>. [Consultado em 24/01/2024].
- Deyra, M. (2001). *Direito Internacional*. Lisboa, Procuradoria-Geral da República - Gabinete de Documentação e Direito Comparado. [Em linha]. Disponível em <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/dih_michel_deyra.pdf>. [Consultado em 19/12/2023].
- Elzarov, Z. (2022). Environment, Conflict and Peacebuilding: Addressing the Root Causes of Conflict in Darfur. [Em linha]. Disponível em <<https://www.accord.org.za/conflict-trends/environment-conflict-and-peacebuilding-addressing-the-root-causes-of-conflict-in-darfur/>>. [Consultado em 10/02/2023].
- European Centre for Development Policy Management (ECDPM) (2023). Addressing the military carbon footprint at COP28. [Em linha]. Disponível em <<https://www.pubaffairsbruxelles.eu/opinion-analysis/addressing-the-military-carbon-footprint-at-cop28/>>. [Consultado em 16/01/2023].
- European Parliament (2023). Sudan crisis: Developments and implications. [Em linha]. Disponível em <[https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2023/747884/EPRS_ATA\(2023\)747884_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2023/747884/EPRS_ATA(2023)747884_EN.pdf)>. [Consultado em 17/02/2023].
- Evedove, L. (2014). Recursos Naturais e Conflitos Armados. [Em linha]. Disponível em <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/politica hoje/article/view/3752/3056>>. [Consultado em 09/12/2023].

- Freedom House (2023). Freedom in the World 2023. [Em linha]. Disponível em <https://freedomhouse.org/sites/default/files/2023-03/FIW_World_2023_DigitalPDF.pdf>. [Consultado em 05/01/2023].
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (2024). Record numbers of children seek life-saving care as Sudan war drives world's worst displacement crisis. [Em linha]. Disponível em <<https://www.unicef.org/sudan/press-releases/record-numbers-children-seek-life-saving-care-sudan-war-drives-worlds-worst>>. [Consultado em 24/02/2023].
- Gates, S. et alii (2012). Development Consequences of Armed Conflict. World Development, 40 (9), p. 1713-1722. [Em linha]. Disponível em <<https://hvardhegre.files.wordpress.com/2013/09/development-consequences-of-armed-conflict.pdf>>. [Consultado em 15/01/2023].
- Gomes, C. e Moreira, V. (2013). Compreender os Direitos Humanos. [Em linha]. Disponível em <https://igc.fd.uc.pt/manual/pdfs/manual_completo.pdf>. [Consultado em 29/11/2023].
- Haass, F. e Ottmann, M. (2021). The Effect of Wartime Legacies on Electoral Mobilization after Civil War. [Em linha]. Disponível em <https://www.duo.uio.no/bitstream/handle/10852/92142/wartime_legacies_final_ms.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. [Consultado em 10/02/2023].
- Hamann-Nielebock, E. e Carvalho, I. (2008). A violência armada e seus impactos sobre a população civil: um fardo necessário? Revista Brasileira de Segurança Pública, 2(3), p. 104-118. [Em linha]. Disponível em <https://www.forumseguranca.org.br/storage/revista_03.pdf>. [Consultado em 01/12/2023].
- Health Cluster (2023). Sudan Health Cluster – Anticipating Escalating Healthcare Needs for 2024. [Em linha]. Disponível em <<https://healthcluster.who.int/newsroom/news/item/20-12-2023-sudan-health-cluster-anticipating-escalating-healthcare-needs-for-2024>>. [Consultado em 23/02/2024].
- Höglund, K., Jarstad, A. e Kovacs, M. (2009). The predicament of elections in war-torn societies. [Em linha]. Disponível em <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13510340902884689?scroll=top&needAccess=true>>. [Consultado em 15/12/2023].
- Human Rights Watch (HRW) (2004). Darfur Destroyed: Ethnic Cleansing by Government and Militia Forces in Western Sudan. [Em linha]. Disponível em <<https://www.hrw.org/report/2004/05/06/darfur-destroyed/ethnic-cleansing-government-and-militia-forces-western-sudan>>. [Consultado em 10/02/2023].
- Human Rights Watch (HRW) (2024). Sudan. [Em linha]. Disponível em <<https://www.hrw.org/world-report/2024/country-chapters/sudan>>. [Consultado em 23/02/2024].
- International Committee of the Red Cross (ICRC) (2003). International Humanitarian Law and International Human Rights Law. [Em linha]. Disponível em <https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/ihl_and_ihrl.pdf>. [Consultado em 19/12/2023].

- International Committee of the Red Cross (ICRC) (2004). What is International Humanitarian Law? [Em linha]. Disponível em <https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/what_is_ihl.pdf>. [Consultado em 20/12/2023].
- International Committee of the Red Cross (ICRC) (2023a). International Armed Conflict. [Em linha]. Disponível em <https://casebook.icrc.org/a_to_z/glossary/international-armed-conflict>. [Consultado em 19/12/2023].
- International Committee of the Red Cross (ICRC) (2023b). Non-International Armed Conflict. [Em linha]. Disponível em <https://casebook.icrc.org/a_to_z/glossary/non-international-armed-conflict>. [Consultado em 19/12/2023].
- International Committee of the Red Cross (ICRC) (2023c). Repression of breaches. [Em linha]. Disponível em <https://casebook.icrc.org/a_to_z/glossary/repression-breaches>. [Consultado em 27/12/2023].
- International Monetary Fund (IMF) (2019). The Economic Consequences of Conflicts. [Em linha]. Disponível em <<https://www.imf.org/-/media/Files/Publications/REO/AFR/2019/April/English/ch2.ashx>>. [Consultado em 15/12/2023].
- International Organization for Migration (IOM) (2023). Sudan Faces World's Largest Internal Displacement Crisis. [Em linha]. Disponível em <<https://www.iom.int/news/sudan-faces-worlds-largest-internal-displacement-crisis>>. [Consultado em 23/02/2024].
- INTOSAI Working Group on Environmental Auditing (WGEA) (INTOSAI WGEA) (2022). The Environmental Costs of Armed Conflicts. [Em linha]. Disponível em <<https://www.environmental-auditing.org/blogs/the-environmental-costs-of-armed-conflicts/>>. [Consultado em 10/01/2023].
- Joshi, M., Quinn, J. M., & Regan, P. M. (2015). Annualized implementation data on comprehensive intrastate peace accords, 1989–2012. *Journal of Peace Research*, 52(4), p. 551-562. [Em linha]. Disponível em <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0022343314567486>>. [Consultado em 01/12/2023].
- Justino, P. (2011). The Impact of Armed Civil Conflict on Household Welfare and Policy. [Em linha]. Disponível em <<https://www.ids.ac.uk/download.php?file=files/dmfile/Wp384.pdf>>. [Consultado em 15/12/2023].
- Koczan, Z., Chupilkin, M. (2022). The economic consequences of war. [Em linha]. Disponível em <<https://cepr.org/voxeu/columns/economic-consequences-war>>. [Consultado em 15/12/2023].
- Kudakwashe, M. e Richard, B. (2015). Causes of Armed Conflicts and Their Effects on Women, *International Journal of Research in Humanities and Social Studies*, 2(4), p. 77-85. [Em linha]. Disponível em <<https://www.ijrhss.org/pdf/v2-i4/11.pdf>>. [Consultado em 23/02/2024].
- Le Billon, P. (2003). Buying peace or fuelling war: the role of corruption in armed conflict. [Em linha]. Disponível em <[governance-and-social-development-resource-centre--](https://governance-and-social-development-resource-centre.org/)>.

- <https://gsdrc.org/document-library/buying-peace-or-fuelling-war-the-role-of-corruption-in-armed-conflicts/>>. [Consultado em 15/12/2023].
- Mansfield, E. e Snyder, J. (1995). Democratization and the Danger of War. [Em linha]. Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/2539213>>. [Consultado em 15/12/2023].
- Middle East Eye (2024). How the UAE kept the Sudan war raging. [Em linha]. Disponível em <<https://www.middleeasteye.net/news/sudan-uae-war-arms-trade-rsf>>. [Consultado em 17/02/2023].
- Momodu, S. (2018). Second Sudanese Civil War (1983-2005). [Em linha]. Disponível em <<https://www.blackpast.org/global-african-history/events-global-african-history/second-sudanese-civil-war-1983-2005/>>. [Consultado em 10/02/2023].
- Mueller, H., Tobias J. (2016). The cost of violence: Estimating the economic impact of conflict. [Em linha]. Disponível em <https://www.theigc.org/sites/default/files/2016/12/IGCJ5023_Economic_Cost_of_Conflict_Brief_2211_v7_WEB.pdf>. [Consultado em 15/12/2023].
- Murshed, S. (2002). Conflict, Civil War and Underdevelopment: An Introduction. Journal of Peace Research, 39(4), p. 387–393. [Em linha]. Disponível em <Conflict, Civil War and Underdevelopment: An Introduction - S. MANSOOB MURSHED, 2002 (sagepub.com)>. [Consultado em 09/12/2023].
- Nashed, M. (2023). In Sudan, a Deadly Reckoning for Rival Forces. [Em linha]. Disponível em <<https://newlinesmag.com/reportage/in-sudan-a-deadly-reckoning-for-rival-forces/>>. [Consultado em 20/02/2023].
- Ottaway, M. e El-Sadaany, M. (2012). Sudan: From Conflict to Conflict. [Em linha]. Disponível em <https://carnegieendowment.org/files/sudan_conflict.pdf>. [Consultado em 10/02/2023].
- Ormhaug, C., Meier, P. e Hernes, H. (2009). Armed Conflict Deaths Disaggregated by Gender. [Em linha]. Disponível em <<https://gendertruce.files.wordpress.com/2014/07/international-peace-research-armed-conflict-deaths-disaggregated-by-gender.pdf>>. [Consultado em 27/12/2023].
- Oxfam (2019). Inequality And conflict. [Em linha]. Disponível em <<https://oxfam.dk/documents/artikler/inequality-and-conflict-oxfam-ibis-brief-28feb2019.pdf>>. [Consultado em 15/12/2023].
- Parliamentary Assembly of the Council of Europe (PACE) (2023). Environmental impact of armed conflicts. [Em linha]. Disponível em <https://pace.coe.int/en/files/31460/html#_TOC_d25e306>. [Consultado em 16/01/2023].
- Public Broadcasting Service (PBS) (2008). Origins of the Darfur Crisis. [Em linha]. Disponível em <https://www.pbs.org/newshour/politics/africa-july-dec08-origins_07-03>. [Consultado em 10/02/2023].

- Sarwar, B. (2017). Challenges for Implementing International Humanitarian Law (IHL) in the Contemporary Landscape. *Society & Change*, XI (2). [Em linha]. Disponível em <<https://societyandchange.com/uploads/1520340007.pdf>>. [Consultado em 01/12/2023].
- Sassoli, M (2014). IHL mechanisms in armed conflict: Where is the problem? Respecting International Humanitarian Law: Challenges and Responses. In: Pocar, F. Respecting International Humanitarian Law: Challenges and Responses. Milão, FrancoAngeli, p. 109-115
- Schweitzer, C., Howard, D. e Stieren, C. (2007). Causes of armed conflict. [Em linha]. Disponível em <https://www.irenees.net/bdf_fiche-analyse-642_en.html>. [Consultado em 22/01/2024].
- Sen, A. (2023). Civil War Pushes Sudan to the Brink of Humanitarian Disaster. [Em linha]. Disponível em <<https://www.usip.org/publications/2023/11/civil-war-pushes-sudan-brink-humanitarian-disaster>>. [Consultado em 23/02/2024].
- Sidding, K., Raouf. M., Ahmed, M. (2023). The Economy-wide Impact of Sudan's Ongoing Conflict. [Em linha]. Disponível em <<https://ebrary.ifpri.org/utils/getfile/collection/p15738coll2/id/136843/filename/137054.pdf>>. [Consultado em 27/01/2023].
- Silva, D. (2020). Autocracy is on the rise: Should we expect military spending to follow? [Em linha]. Disponível em <<https://www.sipri.org/commentary/topical-background/2020/autocracy-rise-should-we-expect-military-spending-follow>>. [Consultado em 15/12/2023].
- Smith, D. (2004). Trends and Causes of Armed Conflict. [Em linha]. Disponível em <https://scihub.se/https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-663-05642-3_6>. [Consultado em 15/12/2023].
- Sikainga, A. (2009). 'The World's Worst Humanitarian Crisis': Understanding the Darfur Conflict. [Em linha]. Disponível em <https://origins.osu.edu/article/worlds-worst-humanitarian-crisis-understanding-darfur-conflict?language_content_entity=en>. [Consultado em 10/02/2023].
- Smiles, J. (2008). The Root Causes of the Darfur Conflict. [Em linha]. Disponível em <<https://scholar.ufs.ac.za/server/api/core/bitstreams/c6f556e1-c667-49b3-92a6-7867c3441868/content>>. [Consultado em 10/02/2023].
- Soedjatmoko. (1985). Patterns of Armed Conflict in the Third World. *Alternatives*, 10(4), p. 477-493. [Em linha]. Disponível em <<https://scihub.se/https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/030437548501000403?journalCode=alta>>. [Consultado em 15/12/2023].
- Stewart, F., Fitzgerald, V. (2001). Assessing the economic costs of war. [Em linha]. Disponível em <<https://gsdrc.org/document-library/assessing-the-economic-costs-of-war/>>. [Consultado em 15/12/2023].
- Szayna, T. et alii. (2017). What Are the Trends in Armed Conflicts, and What Do They Mean for U.S. Defense Policy? [Em linha]. Disponível em <https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR1900/RR1904/RAND_RR1904.pdf>. [Consultado em 24/01/2024].

- Tepfenhart, M. (2013). The Causes of Ethnic Conflicts. [Em linha]. Disponível em <<https://scholarsarchive.byu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1890&context=ccr>>. [Consultado em 15/12/2023].
- The Armed Conflict Location & Event Data Project (ACLED) (2023). Sudan: Unraveling the Conflict Dynamics in Darfur. [Em linha]. Disponível em <<https://acleddata.com/2023/12/01/sudan-situation-update-december-2023-unraveling-the-conflict-dynamics-in-darfur/>>. [Consultado em 10/02/2023].
- The Swedish International Development Cooperation Agency (Sida) (2023). Root Causes of Violent Conflict– An Evidence-Based Overview. [Em linha]. Disponível em <https://cdn.sida.se/app/uploads/2023/05/02102900/Root_causes_of_conflict_Evidence_Brief_web.pdf>. [Consultado em 22/01/2024].
- Toft, M. (2014). Territory and war. *Journal of Peace Research*, 51(2), p. 185-198. [Em linha]. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/24557415>>. [Consultado em 01/12/2023].
- Torelli, C. (2023). Conflict Briefing: Sudan (13 Jun 2023). [Em linha]. Disponível em <<https://reliefweb.int/report/sudan/conflict-briefing-sudan-13-jun-2023>>. [Consultado em 10/02/2023].
- U. N. High Commissioner for Human Rights: Situation of human rights in the Sudan: Rep. of the United Nations High Commissioner for Human Rights, U.N. Doc. A/HRC/55/29 (Fe 22, 2024)
- United Nations (UN) (2001). Armed Conflicts. [Em linha]. Disponível em <<https://www.un.org/esa/socdev/rwss/docs/2001/15%20Armed%20Conflict.pdf>>. [Consultado em 06/01/2023].
- United Nations Development Programme (UNDP) (2012). Governance for Peace. [Em linha]. Disponível em <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/publications/governance-for-peace_2011-12-15_web.pdf>. [Consultado em 10/02/2023].
- United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA) (2024). Situation Report - Sudan - 23 Feb 2024. [Em linha]. Disponível em <<https://reports.unocha.org/en/country/sudan/>>. [Consultado em 24/02/2024].
- United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA). (2023). Gender-based Violence (GBV) Sub-cluster Response (April – 15 October 2023). [Em linha]. Disponível em <<https://reports.unocha.org/en/country/sudan/card/5HPjTQBSaq>>. [Consultado em 23/02/2024].
- UN Women (2022). The Impact of Militarization on Gender Inequality. [Em linha]. Disponível em <<https://www.unwomen.org/sites/default/files/2022-08/Impact-of-militarization-on-gender-inequality-en.pdf>>. [Consultado em 15/12/2023].
- van Baarsen, M. V. (2000). The Sudanese Civil War. In *The Netherlands and Sudan: Dutch Policies and Interventions with respect to the Sudanese Civil War*. [Em linha]. Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/resrep05430.6?seq=2>>. [Consultado em 20/12/2023].

- Voice of America (VOA) (2024). UN Report Says Ethnic Violence Kills Up to 15,000 in 1 Sudan City. [Em linha]. Disponível em <<https://www.voanews.com/a/un-report-says-ethnic-violence-kills-up-to-15-000-in-1-sudan-city/7448068.html>>. [Consultado em 23/02/2024].
- World Food Programme (WFO) (2024). Sudan. [Em linha]. Disponível em <<https://www.wfp.org/countries/sudan>>. [Consultado em 24/02/2023].
- Weir, D. (2020). How does war damage the environment? [Em linha]. Disponível em <<https://ceobs.org/how-does-war-damage-the-environment/>>. [Consultado em 10/02/2023].
- Zapata, M. (2012). Darfur: The Doha Peace Process, December 2010-present. [Em linha]. Disponível em <<https://enoughproject.org/blog/darfur-doha-peace-process-december-2010-present>>. [Consultado em 10/02/2023].